



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 11 DE MARÇO DE 2001

Desejo, em primeiro lugar, dar-lhes a todos as boas-vindas ao Brasil e ao Rio de Janeiro.

Dou-lhes os parabéns pela escolha do local. É, sem dúvida, uma ótima idéia realizar encontros desse tipo nesta cidade tão extraordinária, que sempre fascina os que a visitam e é um orgulho para todos os brasileiros, sobretudo para os que são quase paulistas, como eu.

Nos próximos dias, as Senhoras e Senhores aqui reunidos vão discutir temas de grande atualidade no plano internacional, como as perspectivas da economia global, a situação na América Latina, o impacto das novas tecnologias, o novo mercado de trabalho. Não pretendo arriscar-me nesses temas, que estarão mais bem atendidos pelos especialistas convidados a falar neste encontro.

Quero refletir apenas sobre algumas tendências que, vistas do Brasil, assumem especial relevo, tanto no âmbito global como no perímetro mais restrito da América Latina ou do nosso hemisfério.

E serão reflexões na perspectiva de um país que se encontra em momento histórico importante, que eu poderia caracterizar com uma fórmula simples: vencemos a batalha da estabilidade econômica e esta-

mos prontos, agora, para vencer outras batalhas, em particular a batalha do desenvolvimento social, favorecidos por uma economia que tem os seus fundamentos em ordem e que, nos últimos anos, mostrou-se capaz de enfrentar as turbulências vindas do exterior e de persistir no caminho do crescimento.

Mas eu desejo começar com uma observação que me é inspirada pelo próprio título deste evento: “Global Business Policy Council”.

Vendo essas palavras reunidas, é inevitável lembrar que, precisamente, uma das tendências definidoras de nosso tempo consiste em que o adjetivo *global* parece casar-se mais naturalmente com o substantivo *business* do que com *policy*.

Os negócios no plano internacional avançaram de forma impressionante, com o aumento do comércio internacional, a liberalização dos fluxos de capital, o movimento de pessoas e de informação. Já o processo de *policy-making* permanece, no essencial, circunscrito às fronteiras nacionais. No plano internacional, a coordenação de políticas e a efetiva cooperação ainda são a exceção do que a regra.

Já existe uma economia internacional, mas a definição de políticas públicas ainda é, no essencial, monopólio do Estado-Nação.

Isso se reflete em algo que eu próprio já apontei em ocasiões anteriores e que já vem sendo objeto de atenção por parte de muitos analistas em tempos recentes: a existência de um déficit de governança – *governance deficit* – no plano internacional.

E um déficit de governança significa, necessariamente, também um déficit de cidadania, de participação popular nos processos decisórios.

Qual o resultado disso em termos políticos?

O resultado é múltiplo, mas há um efeito que tem especial importância. Nos diversos países – ricos ou pobres, desenvolvidos ou em desenvolvimento – as pessoas sentem que sua vida é cada vez mais afetada por processos (de natureza sobretudo econômica) que se desdobram no plano internacional e sobre os quais elas têm escassa ou nenhuma capacidade de influência.

Como reagem as pessoas diante desses processos internacionais cujo controle escapa ao seu horizonte de participação como cidadãos?

Reagem talvez com estoicismo, se percebem os processos como inelutáveis. Mas reagem com protesto – e protesto legítimo – se os percebem como resultado de forças humanas, às vezes “demasiado humanas”.

Temos que nos perguntar em que medida a onda de manifestações públicas que se desatou desde a reunião de Seattle tem suas raízes mais profundas nesse tipo de sentimento.

Esses protestos envolvem, sem dúvida, alguma dose de manipulação, de equívocos, de excessos. Mas se floresce a insatisfação, é sempre bom lembrar que ela pode ter raízes reais, que encontram nutrientes em abundância no solo do atual sistema internacional.

E talvez o nutriente principal encontre-se, precisamente, no fato de que, no plano internacional, é mais fácil do *business* do que *make policy*.

Este ano tivemos uma ilustração curiosa dessa situação. Enquanto em Davos, na Suíça, realizava-se o chamado Fórum Econômico Mundial, reuniu-se em Porto Alegre, no Brasil, o Fórum Social Mundial.

Na ocasião, meu comentário foi o de que havia algo de preocupante em que as discussões sobre temas econômicos e sobre temas sociais se fizessem de forma separada, estanque, como se a globalização econômica pudesse avançar alheia às suas consequências sociais, ou como se a agenda da justiça social pudesse avançar alheia aos pressupostos econômicos da modernidade.

Há aí uma tarefa dupla, e que não é de hoje.

Em primeiro lugar, a tarefa de atualizar a agenda da justiça social, nela incorporando uma atitude de responsabilidade fiscal e seriedade no manejo macroeconômico.

Nesse aspecto, o Brasil – como outros países latino-americanos – já deu passos extraordinários, em particular no período mais recente. Superou-se a ilusão de que a generosidade social poderia justificar a irresponsabilidade econômica. E superou-se essa ilusão precisamente porque a opinião pública entendeu que a irresponsabilidade fiscal e econômica é contraproducente em termos sociais. Era o que ocorria com a inflação descontrolada que nos afligia até 1993, que despojava os mais pobres e favorecia os mais ricos.

Dessa forma, o Brasil de hoje – o Brasil da estabilidade – tem condições reais de retomar o crescimento de forma sustentada, como já começou a ocorrer, e de levar adiante, com mais eficácia, iniciativas voltadas para a justiça social – iniciativas que resultem em ganhos efetivos para os mais pobres, e ganhos irreversíveis na educação, na saúde, na melhora das condições de vida.

Um exemplo: o programa ampliado da bolsa-escola, que estará atendendo 10 milhões e 700 mil alunos entre 6 e 15 anos. Já temos 97% das crianças na escola, e com programas como esse vamos alcançar o objetivo de ter 100%. Não preciso explicar-lhes o alcance e o significado desse avanço para o esforço de oferecer aos brasileiros melhores oportunidades de contribuir para o desenvolvimento de seu país e de participar na repartição dos frutos do progresso.

Poderia mencionar muitas outras iniciativas semelhantes. Como o programa brasileiro de prevenção e combate à Aids, que tem recebido elogios em todo o mundo – e tem recebido elogios por uma razão muito simples: porque é um programa que funciona, que significa a diferença entre a vida e a morte, especialmente para aquelas pessoas mais pobres que são portadoras do vírus HIV.

Esses são exemplos que ilustram aquilo a que me referia quando falei de uma tarefa de atualização da agenda social.

Mas há também o outro lado da moeda: a tarefa de atualização da agenda econômica internacional, para incorporar de forma mais ampla as preocupações e as aspirações que decorrem dos problemas sociais.

E aí é preciso ter franqueza para reconhecer que ainda há muito a fazer. Tenho falado, sempre que posso, das distorções que geram assimetrias no processo de globalização. Assimetrias que fazem com que, em muitos casos, os ganhos da globalização se tornem menos acessíveis aos países em desenvolvimento.

Um dos aspectos é o da volatilidade dos fluxos internacionais de capital. Esse é um problema que já causou turbulências graves em tempos recentes e que precisa ser enfrentado.

As novas condições de interdependência fazem com que existam, a esse respeito, vínculos antes insuspeitados de solidariedade entre os

países do norte e os do sul. As crises da Ásia e da Rússia mostraram que ninguém está imune aos fenômenos de contágio que se produzem em função da mobilidade do capital financeiro.

Mostraram também o quanto pode haver de irracionalidade nesses movimentos de capital: comportamento de rebanho, predomínio do curto-prazo, etc.

Um sistema financeiro internacional confiável, previsível, que possa, se não evitar, ao menos minimizar as crises, é um bem coletivo, é algo do interesse de todos os países. É preciso trabalhar com seriedade nesse sentido.

Mas no atual contexto de globalização e ampliação dos fluxos internacionais, a distorção mais grave talvez seja a do comércio. Em um artigo recente, o Secretário-Geral da ONU expressou a opinião de que nenhuma medida contribuiria tanto para o objetivo de erradicação da pobreza quanto a abertura dos mercados dos países mais ricos aos bens produzidos pelos países em desenvolvimento.

Ele tem razão.

No âmbito do sistema multilateral de comércio, sucessivas rodadas de negociações levaram a uma redução significativa de tarifas e de obstáculos às trocas internacionais.

No entanto, ao mesmo tempo, os países industrializados elaboraram um gigantesco aparato de ferramentas protecionistas e distorsivas do livre-comércio: medidas compensatórias, o suposto *anti-dumping*, grosseiros obstáculos ao comércio disfarçados como “proteção zoofitossanitária”, leis incompatíveis com o princípio do multilateralismo comercial e – *last but not least* – centenas de bilhões de dólares gastos a cada ano em subsídios que tornam impossível uma concorrência leal, em especial no setor agrícola, para não falar em milhões de dólares gastos na manutenção de uma vasta burocracia cuja eficiência se pretende que compense a ineficiência dos produtores.

O jogo do comércio internacional é uma alavanca importante de desenvolvimento econômico. Mas corre o risco de tornar-se um jogo discriminatório se os países em desenvolvimento forem impedidos de fazer valer as suas vantagens comparativas.

Precisamos ter clareza quanto ao tipo de competição que desejamos ver no plano internacional: se queremos uma competição em que vença a empresa mais eficiente, a que produz mais barato, melhor e com mais qualidade, ou a que está situada no país com o maior orçamento de subsídios e com a maior burocracia governamental.

Um exemplo evidente é a existência, no âmbito da OMC, de regras de subsídios que ignoram as diferenças entre os países, em particular quanto a taxas de juros oferecidas às empresas, fator essencial de sua competitividade.

O mercado financeiro internacional reconhece essas diferenças e classifica os países segundo seus próprios critérios de risco, que correspondem a taxas de juros mais elevadas para os países em desenvolvimento. Como as regras da OMC sobre subsídios tratam igualmente países diferentes, permitem interpretação desfavorável a esses últimos. Essa situação leva ao absurdo de a OMC exigir que países em desenvolvimento apliquem em seus financiamentos as mesmas taxas aplicadas pelas economias mais desenvolvidas, impedindo portanto que tornem suas empresas igualmente competitivas.

Alguém poderá dizer: o código foi aprovado em negociações. Mas o que é injusto não deixa de sê-lo pelo fato de ter sido aprovado em negociações. Se está errado, é preciso mudar.

Disse que o comércio internacional corre o risco de tornar-se um jogo discriminatório. E ele correria um risco ainda mais grave, o de tornar-se um jogo desumano, se nas iniciativas de *policy making* no plano internacional, ou na aplicação das regras daí decorrentes, perdêssemos a noção de certos princípios éticos básicos.

Refiro-me a princípios realmente básicos, como o de que os desiguais não podem ser tratados como iguais – e isso é particularmente importante para a situação dos países mais pobres, em especial na África –, ou ainda o princípio de que se houver uma escolha entre o lucro e a vida humana, a mera hesitação em responder já seria imoral.

Isso é essencial no caso, que tem sido discutido publicamente, dos preços dos medicamentos.

Não se trata de demonizar o lucro, nem de endeusá-lo. O mais importante é perceber que, na realidade, uma das razões pelas quais é preciso haver *governance* – e boa *governance* – no plano internacional é justamente a necessidade de evitar que nos vejamos diante desse tipo de escolha. Qualquer sistema que nos coloque diante de dilemas como esse é, certamente, um sistema mal desenhado, que precisa de reparos.

É preciso estabelecer mecanismos que assegurem, em vez de oposição, a solidariedade entre as indústrias farmacêuticas e os consumidores, em especial nos países em desenvolvimento.

Senhoras e Senhores, do ponto de vista brasileiro, são também de grande interesse os desdobramentos nas relações econômicas no âmbito regional e hemisférico.

Começo pelo hemisfério, porque é o que está na agenda pública mais imediata.

Em abril, realizaremos em Quebec a terceira Cúpula Hemisférica. Teremos diante de nós a tarefa de discutir, entre outros temas, a possibilidade do livre-comércio nas Américas. É uma questão que envolve detalhes técnicos de alta complexidade, mas que ao mesmo tempo é da maior importância para a vida cotidiana de nossos cidadãos.

Fala-se muito na questão dos prazos – se a Alca poderia concluir-se em 2005, talvez antes, talvez depois. Como já indiquei em outras oportunidades, a questão da data parece-me secundária com relação ao que constitui o verdadeiro problema, que é o de saber se podemos chegar a um acordo que seja bom para todos, grandes e pequenos, ricos e pobres.

Do ponto de vista brasileiro, o ponto mais importante é saber em que medida uma área de livre-comércio permitirá, efetivamente, um maior acesso de nossos produtos aos mercados mais dinâmicos da região, em particular o mercado norte-americano.

De pouco ou nada adiantará termos um acordo de grande sofisticação sobre temas de ponta, como comércio eletrônico ou propriedade intelectual, se persistirem as distorções decorrentes da aplicação unilateral dos instrumentos tradicionais de defesa comercial, sem regras comuns ao hemisfério.

Da mesma forma, não haveria sentido em promover uma maior abertura em nosso mercado de serviços sem uma melhora correspondente no acesso de nossos produtos industriais e agrícolas aos mercados do norte. Quando tivermos um bom acordo sobre como promover o livre-comércio em nosso hemisfério, a questão da data se resolverá por si mesma.

A reunião de Quebec será importante para avançar no sentido da viabilização desse acordo, com base no indispensável consenso e dentro do respeito à regra do *single undertaking*.

Para o Brasil, a integração hemisférica não é e não pode ser incompatível com a integração regional, em particular com o Mercosul, que para nós é uma conquista, uma realização da mais alta prioridade. Como tem dito o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o Mercosul é para nós um destino, e a Alca, uma opção.

Continuaremos a avançar na integração no Mercosul, na consolidação da união aduaneira e em direção a etapas mais avançadas do processo, inclusive no que se refere à coordenação macroeconômica.

O Brasil tem confiança em seus parceiros do Mercosul. E o Mercosul pode ter confiança no Brasil. A recuperação do crescimento econômico em nosso país – 4,2% no ano passado e, possivelmente, até 5% em 2001 – é vantajosa para todo o Mercosul, que com isso ganha dinamismo e novas oportunidades de negócios.

Para os que desejam entender o cenário latino-americano de hoje, o Mercosul me parece ser um dado essencial e irreversível. É um mercado integrado de mais de 200 milhões de pessoas, com um produto que, se já não está, estará em breve na casa de 1 trilhão de dólares, e unidas por vínculos de solidariedade e de amizade entre nações democráticas.

Assim também me parece ser um dado essencial a nova América do Sul que se está construindo, com base na democracia e através de um aprofundamento sem precedentes do processo de planejamento econômico em escala regional.

No ano passado, realizamos a primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília. Foi a ocasião para decisões importantes: a “cláusula democrática”, que condenará ao isolamento qualquer aven-

tura autoritária em nossa região; o apoio ao processo de conciliação nacional na Colômbia; o início de um amplo exercício de planejamento e modernização da infra-estrutura na América do Sul, com apoio do BID e da Corporação Andina de Fomento.

O Brasil hoje produz energia com o gás boliviano, com o petróleo argentino e venezuelano. Estamos cada vez mais ligados aos países vizinhos por pontes, rodovias, linhas de transmissão elétrica. Em suma, estamos avançando no caminho de um desenvolvimento em parceria, onde o ganho de um é vantagem para o outro.

Senhoras e Senhores, essas são algumas tendências que assumem especial importância para o Brasil no momento em que se inicia este novo século.

São tendências que evidenciam as enormes oportunidades que se abrem a países como este no atual cenário de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Mas revelam, também, aspectos de preocupação, ligados às deficiências de *governance* no plano internacional.

Deficiências que só poderão ser superadas por meio do diálogo entre os países, e não só entre os Estados, mas também com as empresas, sindicatos, ONGs, enfim com todos aqueles que têm sua palavra a dizer sobre os desafios que se apresentam na conformação de um sistema internacional mais justo e mais favorável ao desenvolvimento.

Nesse sentido, este encontro traz uma contribuição destacada para esse diálogo.

De forma que é com muito prazer que reitero minhas boas-vindas a todos vocês e manifesto o meu desejo de discussões produtivas nos próximos dias – mas que possam também aproveitar um pouco da beleza desta cidade e da hospitalidade brasileira.

Muito obrigado.